

XVII Congresso Brasileiro de Sociologia

20 a 23 de Julho de 2015, Porto Alegre (RS)

GT16 - Movimentos Sociais na atualidade:
reconfigurações das práticas e novos desafios teóricos

DO ESTATAL À POLÍTICA: ANÁLISE DAS RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E OS MOVIMENTOS DE JUVENTUDES E LGBT NO BRASIL (2003-2010)

Frederico Viana Machado

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Introdução

Este trabalho apresenta uma síntese dos resultados principais de uma pesquisa de doutoramento que abordou alguns aspectos da relação entre o Estado e a sociedade civil, por meio da análise de discursos e da constituição de fronteiras identitárias em torno de temáticas que envolvem os movimentos de juventude e LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) no Brasil entre 2003 e 2010.

Diversos autores têm apontado que no Brasil, sobretudo nas três últimas décadas, os movimentos sociais e o Estado deixaram de assumir relações prioritariamente de confrontação, para desenvolver parcerias e diálogos que culminaram em uma aproximação crescente e contínua entre estas duas esferas da política. A partir do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, esta aproximação se amplia. Silva (2010) argumenta que o Governo Lula “inaugurou um novo período na história da participação social no país. Este governo buscou construir um novo pacto com a sociedade civil por meio da criação e institucionalização de novos espaços participativos” (p.35).

Entre 2003 e 2010 foram realizadas 74 conferências nacionais sobre 40 temas diferentes que “mobilizaram diretamente mais de cinco milhões de pessoas, em cerca de cinco mil municípios brasileiros” (Brasil, 2011:38). Além disso, no âmbito federal, durante o governo Lula, foram criados 18 novos conselhos nacionais de políticas públicas e 15 foram reformulados (Brasil, 2010).

Este cenário ressalta a importância de reflexões sobre as relações estabelecidas entre os atores políticos nas fronteiras entre o Estado e a sociedade civil organizada, para compreendermos melhor os contextos, as pautas e as formas de interação. Deste modo, nosso objetivo é apresentar um percurso de estudo que contribua para a compreensão das interações entre atores, bem como quais as implicações que esta interação tem trazido para o campo político.

Partimos do pressuposto que uma análise crítica das relações entre o Estado e os movimentos sociais não pode ser feita a partir de uma noção neutra de Estado, como se este fosse apenas um cenário no qual os atores encenam a trama política. Ao contrário, o Estado deve ser entendido como um sistema de relações que condiciona determinados tipos de interações políticas.

Este argumento deve ser considerado em um período histórico no qual se identifica a dificuldade de separação de papéis referentes ao Estado e à Sociedade

Civil Organizada, o que leva a uma percepção de que estas fronteiras tornaram-se opacas (Prado, Machado & Carmona, 2009). Embora ocorram trânsitos de atores entre espaços estatais e não estatais, é importante identificar como se dá a constituição de fronteiras políticas para não perdermos de vista os momentos em que, distantes dos diálogos, as fronteiras entre os movimentos sociais e o Estado tornam-se intransponíveis, não apenas limitando o poder de impacto do ativismo e verticalizando as deliberações políticas a partir da burocracia Estatal, mas também dificultando que as políticas públicas alcancem setores populacionais avessos à lógica institucional hegemônica, ou mesmo criminalizando atores e ações coletivas.

Como era de nosso interesse adentrar os aspectos interacionais concretos que ocorrem entre a estrutura de oportunidades políticas (Kriesi, 1992) e a constituição de identidades coletivas (Melucci, 1996), autores de tradições de pensamento distintas foram relacionados em busca de um suporte conceitual que articulasse dinamicamente os aspectos institucionais e sociais dos fenômenos políticos.

Os dados empíricos foram construídos a partir de métodos qualitativos: entrevistas semiestruturadas, análise de documentos e observação de campo. Realizamos 26 entrevistas com ativistas que, no período entre 2003 e 2010, ocuparam cargos: no governo federal, em Brasília, nos governos estaduais e municipais nas cidades de Belo Horizonte/MG e Rio de Janeiro/RJ. Optamos por estas duas cidades como contraponto analítico à influência da configuração de poder no sistema de partidos¹ (Kriesi, 1992). Os documentos analisados foram materiais publicados pelos governos sobre participação social, tais como divulgação dos conselhos e conferências, cartilhas, relatórios, editais, discursos públicos etc.

Como método de análise, optamos pela Análise Sociológica do Sistema de Discursos, que integra diferentes níveis analíticos. Deste modo, os discursos analisados devem ser compreendidos como construções teóricas que ajudam a “reconfigurar o fenômeno que se está investigando e a localizá-lo em um novo marco compreensivo” (Álamo, 2010:50). Tomamos três categorias de análise que nos ajudaram a mapear as interações entre os atores governamentais e não governamentais: 1) igualdade/diferença; 2) mudança/estabilidade; 3) conflito/consenso. Estas três categorias analíticas, bem como as subcategorias que

¹ No Estado de Minas Gerais a base governista é opositora ao governo federal, ao contrário do Rio de Janeiro.

emergiram dos documentos e das entrevistas, foram organizados em dois discursos complementares entre si: 1) O discurso do participacionismo, que aponta sentidos e ambiguidades atravessadas nos discursos governamentais sobre a participação social; 2) O discurso do diferencialismo identitário, que mapeia o campo de identificações e o posicionamento dos atores na arena política, identificando negociações, articulações e estratégias discursivas sobre os processos de (in)diferenciação (Prado & Souza, 2002).

A articulação destes discursos é um instrumento para a análise das interações sociais nos espaços institucionais de participação e das formas que o político vem imprimindo no fazer coletivo dos atores políticos. Estes esforços analíticos buscaram construir uma ferramenta teórico metodológica para o estudo de processos psicopolíticos que se dão na interface entre atores e espaços estatais e não estatais.

O discurso do participacionismo.

Para compreender o discurso governamental sobre a participação e seus impactos na constituição de identidades coletivas no Brasil, é importante situá-lo historicamente. A alteração de grupos políticos no poder, que provocou a reestruturação de um discurso hegemônico, demandou a organização de dispositivos que, ao responderem a vetores antagônicos em relação à lógica de dominação, conciliaram interesses contraditórios². O participacionismo se insere neste campo de conflitos, valorizando a participação e a importância da sociedade civil nos rumos da transformação social, sem comprometer a estabilidade política e a governabilidade, o que implicou em alguma concordância com as hierarquias sociais tradicionais na configuração da estrutura de oportunidades políticas que se configurou durante o período analisado.

O discurso governamental pôde ser apreendido tanto quando o governo expressou sua concepção sobre a participação, como nos exemplos escolhidos para ilustrar os benefícios oriundos da participação e nos depoimentos de ativistas selecionados para figurar nos materiais impressos pelo governo. Além disto, os discursos do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que compareceu a todas as conferências nacionais, também denotam uma solução de compromisso entre os

² Diversos autores argumentam sobre a dubiedade da gestão petista ao articular interesses antagônicos: ver, por exemplo, Ridenti (2006) ou Ricci (2010).

movimentos sociais e o projeto governamental, cuja liderança desempenhou um papel fundamental nos afetos engendrados na participação. Mesmo que os documentos deixassem subentendidos os aspectos interacionais e dinâmicos envolvidos na participação, as entrevistas e as observações de campo foram fundamentais para a análise do discurso e para testar nossas hipóteses acerca dos impactos dos discursos governamentais na constituição de identidades. Tratamos aqui de uma determinada perspectiva sobre a participação social, sintetizada em cinco elementos que compõem o discurso do participacionismo:

1) Participação qualificada: relativiza o papel tradicional do especialista, já que “as decisões não são tomadas por técnicos”, porém, os atores coletivos que participam precisam se “qualificar” para estabelecer um “diálogo” com o Estado. A ideia de qualificação pode ser entendida tanto no sentido de que os movimentos sociais precisam compreender como funciona o Estado, como no sentido de que o governo precisa se qualificar para dialogar com os movimentos sociais, o que contribuiu muito para que o discurso governamental pudesse adequar às pautas e anseios de cada movimento social particular com suas temáticas e demandas específicas, podendo evitar, inclusive, os pontos mais polêmicos.

2) Amadurecimento gradativo: naturaliza a existência de conflitos, mas os direciona à busca de um consenso, que se resolverá com a participação qualificada dos interessados, ou seja, se algo ainda não está suficientemente democratizado, deve-se à pouca mobilização ou à falta de acúmulo e produção de consensos em um determinado campo de participação. Evitar as polêmicas e optar pelos temas incontroversos pode ser percebido nas entrevistas, sobretudo entre os filiados aos partidos da base governista, sob a justificativa de que estas pautas ainda “não estavam amadurecidas”, “não tinham o acúmulo necessário”, “eram recentes”, “não se mobilizaram o suficiente” etc. Este raciocínio tenta corroborar a afirmativa de que “o que ainda falta não é por ausência de diálogo” (Brasil, 2010:41).

3) Participação como um fim em si mesmo se refere aos momentos nos quais, esvaziada de sentido prático, o participacionismo se direciona para a dimensão simbólica e emocional da participação, oferecendo elementos para a construção de sentido no interior das identidades coletivas reconhecidas por este discurso. Mesmo que a participação não se reverta em ganhos concretos, substanciais, ainda aparece como importante. Além disto, o contato dos grupos “minoritários” com os espaços (físicos, não deliberativos) de poder e com a figura do presidente, sem a mediação

institucional, foi reiteradamente apontado como algo democratizante por si mesmo.

4) Corresponsabilidade: expande a ideia de que tanto o governo como os movimentos sociais são “responsáveis” pelos resultados políticos nos campos abertos à participação, pois as políticas públicas são oriundas de consensos entre os atores. Ou seja, o governo “passa a contar com o respaldo dos setores interessados na ampliação da cidadania” (Brasil, 2011:9).

5) Proporcionalidade: iguala atores com diferentes capacidades de barganha e que provavelmente foram desproporcionalmente beneficiados. A ideia de proporcionalidade pode ser visualizada no seguinte trecho: “desde as entidades de empresários de construção civil até sindicatos de trabalhadores, todas as organizações não governamentais do setor puderam contribuir, foram ouvidas” (Brasil, 2011:17). Vale recordar que o slogan “Brasil, um país de todos”, utilizado durante o Governo Lula, encaixa-se bem nesta construção discursiva.

O discurso do diferencialismo identitário

O discurso do diferencialismo compreende os processos de identificação e a formação de fronteiras políticas e identitárias entre os atores que interagem nos espaços institucionais de participação. Os espaços de participação instaurados pelo governo ocorreram, em sua maioria, via políticas setoriais e/ou temáticas, que formam campos de intervenção (Tomassi, 2012), com ênfase na criação de conselhos e realização de conferências voltadas para “minorias” (Pogrebinschi, 2010), que expressam suas especificidades e formalizam demandas relacionadas, sobretudo, ao reconhecimento, ao direito à diferença e à reparação identitária (Castro, 2008). Neste contexto, as negociações identitárias e seus processos de diferenciação ocuparam um lugar privilegiado na formação dos discursos estatais sobre a participação.

Quando adentramos o monopólio das narrativas³ e os elementos simbólicos que articulam os sentimentos de pertencimento coletivo, encontramos afirmações como “eu negra e lésbica”, “eu enquanto jovem, homossexual e trabalhador”, “eu jovem feminista, do hip hop e da periferia”, “eu jovem, negro e deficiente físico”, entre outros. Tais afirmações elencam diversas possibilidades de afirmação de

³ Eder (2003) associa à identidade coletiva a noção de monopólio de narrativas, que seria uma resposta da sociedade civil organizada aos processos de mobilização de identidades realizados pelo Estado. Segundo o autor, “essa teoria ajuda-nos a explicar por que as identidades coletivas são tão importantes para o Estado: elas fornecem uma narrativa integradora”.

identidades pautadas por sua localização experiencial em uma teia de entrelaçamento entre pares categoriais. Além disto, outros elementos produtores de pertencimento se articulam ampliando sua diversificação e complexidade, dentre eles, “eu enquanto Estado”, “eu enquanto movimento social”, “ser ONG”, “ser universidade” etc. Todos estes termos apareceram com este formato na fala de nossos entrevistados e nas observações de campo. Finalmente, também podem ser acionados elementos como classe social, afiliação partidária ou simpatia por algum partido, adesão a determinados projetos políticos, além do reconhecimento de campos de especialidade de lideranças e grupos, tais como ações no campo da educação, segurança pública, saúde, pesquisa e outros.

A definição de uma identidade coletiva será, desde modo, determinante para o monopólio de narrativas e, conseqüentemente, para o monopólio de oportunidades ⁴, o que faz do diferencialismo uma construção discursiva complementar ao discurso participacionista. O diferencialismo opera aprofundando a análise de como a constituição de identidades se relaciona com os modos através dos quais os movimentos sociais endereçam suas demandas ao Estado, e como o Estado lida com as diferenças no âmbito da participação. Em síntese, na medida em que um grupo circunscrito categorialmente (ou um “campo de intervenção”, na conceituação de Tomassi, 2012) acessa uma determinada rede de monopólios (através do monopólio de narrativas), serão articulados recursos simbólico-materiais que os conectam com a mobilização de identidades promovida pelo Estado.

Castro (2008) discute a centralidade da reparação identitária na pauta de juventudes, e aponta para o lugar ocupado pela experiência identitária argumentando que não basta “ser jovem” para constituir-se como sujeito político. A estrutura de oportunidades políticas em tela demanda que, por exemplo, além de jovem, outros marcadores identitários sejam agregados para a que participação social adquira substância nos espaços de negociação, tais como ser “jovem, negro, da periferia”, ser “jovem, lésbica e ativista cultural”, dentre outras combinações produtoras de (in)diferenciação. Esta ênfase na especificidade pode redundar na busca por uma “autenticidade experiencial” que reifica as identidades, atribuindo

⁴ O monopólio de oportunidades é um conceito cunhado por Tilly (2000) que utilizamos para compreender a hierarquização entre os grupos organizados. Ele atua quando setores populacionais que não pertencem às elites políticas e econômicas formam uma “rede categorialmente circunscrita” e, com isto, podem conseguir o “acesso a um recurso que é valioso, renovável, está sujeito a monopólio, respalda as atividades da rede e se fortalece com seu modus operandi” (Tilly, 2000:23).

uma essência aos sujeitos e secundarizando a dinâmica e os aspectos contextuais e relacionais dos processos de identificação. A identidade e o direito de se pronunciar politicamente a respeito de algum tema da política descansará, nesta perspectiva, na legitimidade da experiência, que será tomada como evidência da diferença (Scott, 1999).

O ponto tenso do discurso diferencialista está nas interações que estabelece, pois ao mesmo tempo em que limita o poder de análise e subjetivação política dos atores coletivos, será a afirmação de uma diferença que garantirá o monopólio de uma determinada narrativa através do reconhecimento institucional das identidades coletivas. Por exemplo, uma jovem negra lésbica que desenvolveu uma trajetória de militância junto aos movimentos de educação, não ocupa plenamente seu lugar de cidadã ou de sujeito político, pois estaria menos “autorizada” a falar de lugares acerca dos quais não experienciou, como o lugar das lésbicas, ou dos negros em sentido geral, e menos ainda acerca de outras desigualdades.

Deste modo, o monopólio de uma narrativa identitária implica também em circunscrever um campo de reconhecimento e atuação, fora do qual este “nós” experiencial não estaria autorizado a atuar. Ampliar a abrangência de discursos políticos implicará esforços adicionais e cálculos complexos nas relações de perdas e ganhos na busca de impactos políticos, o que sustenta um fechamento interacional em suas categorias e entre categorias, enfocando a diferença, em detrimento da equivalência (Laclau, 2005).

Esta discussão retoma o debate acerca da profissionalização da militância, pois, ao demarcar a dimensão identitária e a primazia da experiência na constituição das identidades coletivas, o mecanismo discursivo resultante demanda a transformação de indivíduos e grupos desiguais (inseridos desigualmente em relações categoriais) em *experts* de sua própria “exclusão”. Isto pode ser visto como um elemento que incrementa a participação qualificada do discurso do participacionismo.

Os atores políticos, ao circunscreverem seu horizonte de transformação social neste campo discursivo e direcionarem suas ações aos aspectos técnicos das políticas públicas e ações governamentais, terminam por serem assimilados à ordem institucional em processos de inclusão ainda mais segmentados que a setorialização estatal. Argumentamos que isto não é efeito direto da diferença ou de seu reconhecimento, mas de processos que, no presente contexto, tentamos sintetizar

como o discurso do diferencialismo identitário.

A vivência e a elaboração de diferenças, por si mesmas, não impedem a verificação da igualdade (Rancière, 2010), ao contrário, torna-a conceitualmente possível. Será o diferencialismo, e não a diferença, que estabelecerá um limite experiencial e um fechamento interacional que dificulta a verificação da igualdade e a formação de cadeias de equivalência. As dinâmicas deste discurso podem ser mais bem compreendidas a partir de três pontos que estão inter-relacionados e são complementares entre si: 1) A reificação ou essencialização das identidades; 2) As fronteiras reticulares; 3) A sobreposição entre técnica e política;

1. A reificação ou essencialização das identidades

O diferencialismo reifica e essencializa as identidades ao focar a produção de diferenças nos processos políticos, o que implica em um condicionamento interacional marcado por uma primazia da experiência vivenciada no âmbito pessoal, porém, agora, acrescida de pertencimentos identitários ligados também à origem institucional, competências técnicas, âmbitos de atuação e outros. Obviamente, é importante reconhecer que não existe mobilização política que não atinja a vivência particular das pessoas ou não seja por esta influenciada. Como argumenta Brah (2006:360), a “‘experiência’ é um processo de significação que é a condição mesma para a constituição daquilo a que chamamos ‘realidade’”. O problema reside em circunscrever esta vivência aos efeitos sociais tópicos de pares categoriais isolados, ou ainda relacionados aritmeticamente com outros pares categoriais. A problemática do discurso diferencialista está em dificultar, ou mesmo impossibilitar, a articulação de cadeias de equivalência e a verificação da igualdade que (des)identifica uma identidade com sua posição social, seu status, para além dos lugares já determinados a cada parte de um sensível compartilhado (Rancière, 2009; 2006).

Para Scott (1999), uma abordagem não discursiva da experiência reifica a identidade como um fato empírico, tornando-a indissociável da diferença que a constitui, o que dificulta com que sejam reveladas as contingências históricas que imprimem uma posição de sujeito a uma determinada diferença. Uma perspectiva essencialista, que torna a evidência da experiência como evidência da diferença, quando pauta a formação de identidades coletivas, resulta em um fechamento interacional que limita a experiência da política aos seus aspectos instrumentais, a partir de demandas específicas ou pelo reconhecimento de diferenças constitutivas,

por isto, essencializadas e não relacionais. Isto impede radicalizar a articulação das diferenças com a verificação da igualdade, próprias da subjetivação política (Rancière, 2006). Esta perspectiva oculta, na perspectiva de Laclau (2005), exatamente o exterior constitutivo de uma determinada estrutura discursiva que se hegemonizou, pois, como argumenta Scott (1999:27), visibilizar a experiência como um evento transparente, “impede a análise do funcionamento do sistema e de sua historicidade; ao invés, reproduz seus termos”.

Neste sentido, ao limitar a reflexão e a prática política a uma particularidade da experiência vivencial do sujeito (gênero, raça, diferenças sexuais etc. ou ainda a um “mínimo múltiplo comum” entre duas ou mais experiências), o discurso diferencialista dificulta a percepção de que categorizações sociais não apenas hierarquizam a vida social, mas também são marcadores que atravessam as relações sociais como um todo.

2) As fronteiras reticulares

A formação de fronteiras reticulares diz respeito aos aspectos do discurso do diferencialismo que separam as identidades governamentais das não-governamentais, atribuindo especificidades a cada uma, mas também operando a transferência de elementos simbólicos que implicam em uma indiferenciação nas relações de poder. Para compreendermos esta ambiguidade na percepção de fronteiras, temos que incluir as relações de poder que perpassam os modos através dos quais o participacionismo e o diferencialismo se unem reforçando esta relativa confusão de papéis que identificamos principalmente nas entrevistas. Vários entrevistados argumentaram sobre a necessidade de se definir melhor os papéis que são atribuídos ao Estado e aos movimentos sociais. Percebe-se que uma “melhor definição de papéis” não é o mesmo que ausência de fronteiras, mas torna sua definição imprecisa e escorregadia. Além disto, não se trata aqui de estabelecer uma “exterioridade” para os movimentos sociais, mas reconhecer que a internalização de ativistas ou coletivos não significa uma indiferenciação das capacidades de cada ator nas relações políticas que dão forma aos projetos de governo.

Buscamos compreender este fenômeno através da noção de *fronteiras reticulares*, que se deslocam dinamicamente abrindo espaço para novos grupos de pressão e interesse, que são reconhecidos em suas diferenças de forma reificada,

ao mesmo tempo em que se imprimem formas organizacionais e procedimentos interacionais entre atores localizados em lados opostos da fronteira estatal. A ideia de retícula, que utilizamos como metáfora para compreender a dinamização das fronteiras estatais, foi tomada de uma técnica de finalização artística de impressão de texturas sobre papel. Uma retícula é uma folha flexível que contém através de pontos as formas de uma textura a ser impressa e que esfregada com tinta sobre um papel transfere para ele estas formas.

Enquanto uma fronteira flexível que contém um padrão discursivo a ser impresso, a ideia de retícula pode ser associada aos modos como o Estado e os movimentos organizados desenvolveram linguagens e formas de atuação semelhantes. De um lado desta fronteira reticular, o governo adequou seu sistema de categorias ao conjunto de categorias forjadas pelos processos de mobilização e constituição de identidades coletivas da sociedade civil. O participacionismo nos ajuda a compreender este processo que, ao permitir a entrada de “minorias” identitárias no Estado, criou uma gramática da participação que redundou na adequação das formas de interação entre atores, que devem se qualificar, amadurecer suas demandas, corresponsabilizarem-se etc.

Como o governo responde aos movimentos sociais formulando discursos que reproduzem o reconhecimento e afirmação de suas categorias identitárias e demandas – mesmo que seu comprometimento com as demandas que reafirma esteja condicionado pelos jogos de poder entre os grupos que interagem nos espaços estatais, já que o poder de incidência destes grupos não é *proporcional*, como enseja o participacionismo – do outro lado desta fronteira reticular os movimentos sociais e os grupos organizados da sociedade civil passaram também a adequar suas formas de interação e organização às formas categoriais desenhadas nesta retícula que os separa do estado.

Deste modo, a fronteira reticular permite alguma homogeneidade simbólica e discursiva entre as “superfícies” por ela separadas. Entretanto, o fluxo de “poder” - e poder pode ser aqui compreendido como possibilidade e como limitação - não produz o mesmo efeito de homogeneização, embora a relativa homogeneização de discursos implique no condicionamento do poder de interpelação dos movimentos sociais. Se pensarmos que a política pode ser vista, na perspectiva de Rancière (2010), como um conflito entre partes que não são verdadeiramente partes, já que se instaura a partir da enunciação de uma equação impossível, “a parte dos sem

parte”, podemos afirmar que as possibilidades de interpelação da ordem policial estão na democracia, compreendida aqui como o modo de subjetivação da política. A democracia é própria do povo, este ator incomensurável que se manifesta como negatividade permitindo a verificação da igualdade. Neste sentido, o poder, ou poder de enfrentamento, reside na subjetivação política, na equação impossível enunciada a partir de um dissenso, e não nas equações que as formas de governo desenham nas fronteiras reticulares, formatando determinados aspectos das identidades coletivas.

Neste sentido, embora o governo capitalize sobre o “poder” dos movimentos sociais, a partir da mobilização de identidades, tal poder é em grande parte dissipado (Rancière, 1996) pelas formas desenhadas nestas fronteiras reticulares, que segmentam e reificam identidades, se apropriando discursivamente das possibilidades de universalização no processo democrático. Como argumentamos, as fronteiras entre os espaços e pertencimentos estatais e os dos movimentos sociais não deixam de existir, ao contrário, o “borrão” está na percepção destas fronteiras reticulares, cuja flexibilidade de sua composição oculta a si mesma através de discursos diferencialistas e participacionistas.

Um questionamento à noção de fronteiras reticulares poderia ser feito levando em consideração a contratação de militantes pelo estado: se um ativista ocupa um cargo de destaque no governo, isto não estaria justamente indicando uma opacidade das fronteiras? Em parte a entrada destes atores define o acesso a recursos valiosos e que com certeza podem aumentar a capacidade de um movimento social específico de incidir sobre as formas das fronteiras reticulares. Porém, devemos ter em vista que a “identidade” representada por este sujeito está circunscrita pelo discurso do diferencialismo, no qual a experiência se apresenta como evidencia da diferença e provoca um fechamento interacional que limita o campo de ação naturalizando discursos na manutenção de um determinado ordenamento normativo.

Além disto, a “entrada” no o estado reorganiza os sentimentos de pertencimento e a atribuição de significados a estes pertencimentos, o que obriga estes militantes a articularem e separarem diferentes posições de sujeito que se apresentam como conflitantes. Essa separação apareceu em diversos momentos da pesquisa, nos quais os sujeitos relataram que sua trajetória militante era apontada como desqualificadora de críticas a determinados posicionamentos governamentais. Ao mesmo tempo, a participação em espaços estatais rearticula as possibilidades de

pertencimento e interação de indivíduos e coletivos no campo dos movimentos sociais. O monopólio de oportunidades, ao mesmo tempo, reforça as fronteiras identitárias e as possibilidades de ação, mas pode engendrar conflitos, disputas e hierarquias entre os movimentos sociais.

3) A sobreposição entre técnica e política

A sobreposição entre técnica e política é um tensionamento que se estabelece, no interior dos discursos governamentais, entre um discurso sobre a eficácia no desenvolvimento de projetos e políticas públicas e os conflitos baseados no fechamento interacional ocasionado pelo diferencialismo identitário nas dinâmicas entre atores separados por fronteiras reticulares. A política será tensionada, por um lado, pela competência técnica, que se sobrepõe à identidade, e, por outro lado, pela identidade, que antecede ou condiciona a técnica. Esta tensão é uma forma de descrever o dilema apresentado por Phillips (2001) entre uma política de ideias e uma política da presença, atualizado pelo contexto no qual o estado se caracteriza excessivamente como uma instituição técnica (Eder, 2003) e um ator racional (Tejerina, 2005).

Podemos localizar, de um lado, uma associação entre técnica e política e, de outro, uma associação entre política e identidade. Neste contexto se localiza uma sobreposição entre técnica e política na qual a mobilização de identidades aparece como técnica que toma os processos de identificação como bens divisíveis, o que acaba circunscrevendo a política nas técnicas de governo. O *continuum* entre representar e atender se torna um campo semântico no qual os discursos tensionarão uma perspectiva das técnicas políticas e outra das políticas de identidade. Estes polos aparecem como complementares e livres de contradição nos discursos oficiais, mas quando nos aprofundamos nas análises que os entrevistados fazem das interações entre o governo e os movimentos sociais, os conflitos entre técnica e identidade se tornam visíveis.

O governo terá que justificar suas ações por meio de conhecimentos técnico-científicos que garantiriam a legitimidade de um determinado projeto de governo em uma “sociedade do conhecimento” (Melucci, 1996), e, ao mesmo tempo, por meio de conhecimentos fundamentados na diversidade das experiências particulares que garantiriam a legitimidade da representação de um discurso populista (Laclau, 2005). Esta discussão sobre a competência técnica e as técnicas de governo nos

remete à figura do especialista e sua entrada no campo da política.

Um problema apontado nas entrevistas, e que tensiona a técnica a partir da identidade, é que os “cargos comissionados mandam nos de carreira e não entendem suficientemente a máquina do estado” (Entrevistada 13), o que prejudica o bom funcionamento das políticas públicas e o gasto eficiente do orçamento estatal. O trecho a seguir é muito ilustrativo de como a política se vê tensionada entre elementos técnicos e identitários sobrepostos:

O problema não é a afirmação da luta específica, o problema é uma completa desarticulação de qualquer movimento geral, qualquer compreensão do direito integrado. Se não houver isso o cara não vai entender que teve homem de movimento de mulheres, teve branco de movimento negro, teve adultos no movimento jovem. Então é natural você botar jovem, 20 anos, de servidor público sem nenhuma preparação, só porque é jovem. Sem nenhuma preparação. [*Você tem visto isso?*] Muitas vezes. Isso é característico. O PT tem muito isso. **Não precisa ter qualificação pra debate social** (Entrevista 01).

Isto nos leva a outro efeito destas dinâmicas diferencialistas que desqualificam ou subalternizam uma temática específica, ao mesmo tempo em que a mantém sobre o controle de grupos e indivíduos com mais acesso a recursos valiosos no interior do Estado. Os órgãos governamentais se organizam a partir de cargos hierárquicos que respondem a níveis de execução e deliberação das políticas. Estes cargos são escolhidos não necessariamente pela competência do gestor, mas pela articulação política que tal indicação envolve e pelo grau de confiança que os cargos superiores depositam num determinado funcionário.

Nesta perspectiva, um de nossos entrevistados relata que nem sempre é interessante que os cargos de segundo, terceiro ou quarto escalão sejam ocupados por pessoas que “entendam muito daquela política”, pois neste caso, “esta pessoa vai querer gerir aquela política e os superiores podem perder o controle sobre a política” (Entrevista 11). Neste contexto, a identidade passa a ser um critério importante para a legitimidade das posições políticas. Isto se torna problemático, pois temos que considerar que é algo substancialmente diferente, por exemplo, uma travesti trabalhando em uma subsecretaria do ministério da fazenda, de uma travesti desenvolvendo um projeto para o “segmento trans”, em uma subsecretaria específica para o “segmento” LGBT, que funciona dentro de uma subvalorizada secretaria de direitos humanos.

Considerações finais

Considerando que as interações discursivas analisadas implicam em modos determinados de atuação, no âmbito da sociedade civil organizada um efeito analisado foi o aprofundamento das hierarquias entre grupos organizados, pois o monopólio de narrativas implicava em monopólios de oportunidades, propiciando o acesso a recursos de modo privilegiado aos atores que melhor se adequaram à gramática impressa na estrutura de oportunidades políticas. No âmbito do estado, por sua vez, nota-se a fragmentação temática na estrutura organizacional e discursiva governamental, o que diminuiu as possibilidades de respostas efetivas às demandas dos movimentos sociais, ao passo que alimentava estratégias argumentativas que devolvem à sociedade civil a responsabilidade pelas impossibilidades de democratização.

Mais que identificar a existência de conflitos entre os atores estatais e não-estatais, consideramos relevante analisar quais conflitos tomam lugar nestas interações e quais permanecem silenciados. Além do poder de impacto dos movimentos sociais nas políticas públicas, cabe considerar a abrangência das demandas agenciadas por eles e o horizonte das mudanças sociais em negociação.

É relevante analisar não apenas a entrada de militantes para os órgãos governamentais e as pontes estabelecidas entre os movimentos sociais e o estado, mas também os significados atribuídos às ações que tais interações propiciam e os condicionantes da ação destes atores no interior das hierarquias institucionais. Os significados construídos acerca da vida pública, das ações e dos embates políticos são determinantes para identificarmos as concepções acerca da democracia e de seu funcionamento, o que diz muito sobre a formação das identidades coletivas.

Conjugada com a constituição de fronteiras identitárias, o estudo das interações entre atores políticos nas fronteiras que separam atores estatais e não-estatais oferecem um caminho frutífero para a análise das possibilidades democráticas, compreendendo a democracia, a partir de Rancière (2010; 2006b), como o modo de subjetivação da política ou o nome de uma interrupção singular da ordem policial. Impactar a ordem policial, de forma independente dos arranjos participativos e discursos que domesticam a política, requer a organização dos diferentes setores da população mobilizados por processos de articulação, para além do discurso participacionista, que os permitam vocalizar antagonismos sociais, para além das posições discursivas atribuídas pelo diferencialismo.

Deste modo, a análise das relações entre os movimentos sociais e o estado

empreendida neste trabalho, leva-nos a crer que os processos de subjetivação política capazes de produzir alargamentos na partilha do sensível na luta contra as desigualdades passarão necessariamente por caminhos que questionem simultaneamente os discursos participacionista e diferencialista.

Questionar o ordenamento implícito no discurso do participacionismo não pode ser compreendido como desqualificador da participação ou dos mecanismos participativos propostos pelo governo a partir do Estado. Em outra direção, a análise dos discursos sobre a participação e constituição dos atores busca expandir o político para além da institucionalização e a regulação do ativismo. Rancière (2010) nos alerta para olharmos a política além de suas instituições, ao apontar a importância das experiências particulares, argumentando que “o social, na época moderna, foi precisamente o lugar no qual se jogou a política, o nome mesmo que esta adquiriu, ali onde não foi identificada meramente com a ciência do governo e dos meios de apoderar-se dele” (p.118).

O discurso estatal engendrou uma estrutura discursiva paradoxal, que incluiu em espaços institucionais sujeitos que naturalmente não deveriam estar ali, mas que provocou uma assimilação profunda por parte dos subalternos e das lideranças que vocalizavam os danos sociais, de modo que a divisão das partes não pode ser questionada para além de suas equações matemáticas. Este paradoxo provoca, por um lado, a gestão das identidades e a sustentação da legitimidade de um projeto de poder e, por outro lado, a despolitização e o enfraquecimento dos processos de mobilização que ironicamente constituem uma parte importante do suporte político deste mesmo projeto de poder.

No que tange as práticas de ativismo, o grande risco do diferencialismo e do participacionismo não é o da despolitização, no sentido do conformismo, mas o de que estas práticas se despolitizem regulando o inconformismo, engessando a emergência do político. Entretanto, as novas dinâmicas de mobilização que têm surgido no Brasil indicam que a sociedade brasileira tem ensaiado passos em outras direções, dando novas formas ao inconformismo social. Esta análise nos alerta que os movimentos sociais não podem perder seu potencial criativo e devem buscar caminhos para reinventar coletivamente novas formas de ser e de existir para além dos âmbitos institucionais e estatais da política.

Referências

- ÁLAMO, F. (2010). *Análisis Sociológico del Sistema de Discursos*. Madrid: CIS.
- BRASIL. (2010). *Conselhos Nacionais: Dados Básicos, Organização, Gestão Atual, Finalidade, Composição, Competências*. Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República. Disponível em: www.secretariageral.gov.br.
- BRASIL. (2011). *Democracia Participativa: Nova relação do estado com a sociedade (2003-2010)*. Secretaria Nacional de Articulação Social da Secretaria-Geral da Presidência da República. Disponível em: www.secretariageral.gov.br.
- CARDOSO, R. (1999). A trajetória dos movimentos sociais. In DAGNINO, Evelina (ORG). *Anos 90 - política e sociedade no Brasil*. São Paulo: Brasiliense.
- CASTRO, L. (2008). Ser Jovem. Texto apresentado no *XVIII Congrès International des Sociologues de Langue Française*. Istanbul, 7 a 11 de Julho.
- EDER, K. (2003). Identidades Coletivas e Mobilização de Identidades. In. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*. Vol. 18 nº. 53.
- KRIESI, H. (1992). El contexto político de los nuevos movimientos sociales en Europa Occidental. In Benedicto, J. y Reinares, F. (eds.). *Las transformaciones de lo político*. Madrid: Alianza Universidad.
- LACLAU, E.. (2005). *La razón populista*. Buenos Aires: FCE.
- MELUCCI, A. (1996). *Challenging Codes*. Cambridge: Cambridge University Press.
- PHILLIPS, A. (2001). De uma política de idéias a uma política de presença? In *Revista de Estudos Feministas*. Ano 9. 2º Semestre.
- POGREBINSCHI, T. (2010). Participação como Representação: Conferências Nacionais e Políticas Públicas para Grupos Sociais Minoritários no Brasil. Paper apresentado no *Encontro da Associação Nacional de Pesquisa em Ciências Sociais*. Caxambu.
- PRADO, M. & SOUZA, T. (2002). Problematizando discursos contemporâneos sobre as formações identitárias. In *Revista IDEA*, a.16, n. 36.
- PRADO, M.; MACHADO, F. & CARMONA, A. (2009). Reflexões sobre a luta pela formalização e tradução da igualdade nas fronteiras indefinidas do Estado contemporâneo: radicalização e/ou neutralização do conflito democrático? In *Interface: a journal for and about social movements*. Volume 1 (2): 134 - 165 (Novembro).
- RANCIÈRE, J. (2010). *El desacuerdo: Política y filosofía*. Buenos Aires: Nueva

Visión.

_____. (2009). *A partilha do sensível: estética e política*. São Paulo:EXO experimental.

_____. (2006). *Política, policia, democracia*. Santiago: LOM Ediciones.

_____.(2006b). *O Ódio à Democracia*. Lisboa: Mareantes Editora.

_____.(1996). O Dissenso. In: NOVAES, A. (Org.) *A crise da razão*. São Paulo: Minc-Funart/Companhia das Letras.

RICCI, R. (2010). *Lulismo: da Era dos Movimentos Sociais à Ascensão da Nova Classe Média Brasileira*. Rio de Janeiro: Editora Contraponto/Fundação Astrojildo Pereira

RIDENTI, M. (2006). A segunda eleição de Lula. Trabalho apresentado no *Festival de História Contemporânea de Varchi*, em Frascati, Itália. Disponível em http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/ixedicao/OBSERVANORDESTE_IX_Edicao_texto_BR_rev.pdf. Acessado em fevereiro de 2012.

SCOTT, J. (1999). Experiência. In SILVA, A.; LAGO, M. & RAMOS, T. (org). *Falas de Gênero*. Santa Catarina: Editora Mulheres.

SILVA, V. (2010). *As Conferências Públicas Nacionais como forma de inclusão política: alguns determinantes da capacidade inclusiva desses espaços de participação e deliberação*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais.

TEJERINA, B. (2005). Movimientos sociales, espacio público y ciudadanía: los caminos de la utopia. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, Coimbra, n. 72, p. 67-97, Out.

TILLY, C. (2000). *La desigualdad persistente*. Buenos Aires: Manantial.

TOMMASI, L. (2012). Nem bandidos nem trabalhadores baratos: trajetórias de jovens da periferia de Natal. Dilemas: *Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, v. 5.